

Uma Região Periférica dentro de um País Emergente: o caso do Nordeste do Brasil

Jair do Amaral Filho (CAEN/UFC)
Maria Cristina Pereira de Melo (UFC)

1. Introdução

Como todas as transformações econômica e institucional, o processo de globalização arregimentou um grande número de adeptos ao mesmo tempo em que produziu um exército de críticos. Esse quadro é perfeitamente justificado pelos resultados contraditórios gerados por tal processo, cuja síntese está longe de ser visualizada [(Steger, 2003); (Murray, 2006)]. Ao mesmo tempo em que a globalização possibilitou a retirada de milhões de pessoas da situação de pobreza na China e na Índia, por exemplo, ela causou desconforto entre os países industrialmente desenvolvidos em razão do deslocamento dos investimentos e da terceirização da produção, resultando na subtração de empregos nestes países.

No que pese o destaque dado pela imprensa internacional, e pelos pesquisadores, a essa relação entre países emergentes e países desenvolvidos, há necessidade de se realizarem estudos e pesquisas direcionados aos movimentos de deslocamento de investimentos e de terceirização da produção no interior de países que apresentam disparidades regionais acentuadas, como o Brasil. Tendo em vista que a lógica de concorrência produzida pela globalização se reflete em nível dos custos relativos, principalmente no segmento da produção, as empresas tenderam e tendem a utilizar estratégias que possibilitem a redução de custos e, neste caso, regiões com oferta abundante e barata de mão-de-obra acabam teoricamente se beneficiando desse movimento. Esse processo promoveu grandes transformações estruturais em regiões periféricas em vários países e, de certa maneira, influenciou algumas mudanças estruturais no Nordeste brasileiro.

A compreensão do fenômeno da globalização, no Brasil, infelizmente tem sido dificultada pela predominância da tese que atribui à chamada “guerra fiscal” entre os estados, a responsabilidade pelo deslocamento de investimentos, associados a alguns setores, dos estados do Sul e Sudeste para a região Nordeste. Na verdade, economias do Nordeste se beneficiaram de alguma maneira do deslocamento de investimentos e da terceirização em função da lógica de concorrência que procura reduzir custos de produção. Nesse sentido, é possível trabalhar a hipótese segundo a qual a região Nordeste do Brasil se beneficiou do processo de globalização na medida em que recebeu certo volume de investimentos privados vindos de outras partes do país, e até do exterior. Ao lado da indústria de transformação, os setores da agricultura (irrigada) e do turismo

vêm, igualmente, apresentando características de globalização já que têm conseguido atrair investimentos e consumidores internacionais.

Mesmo que esse fenômeno não esteja produzindo um processo clássico de industrialização, cuja característica se reflete na criação de redes locais de fornecedores de conhecimento, máquinas, equipamentos e insumos, ele possibilitou a manifestação de, pelo menos, três características que credenciam afirmar que a economia da Região Nordeste brasileira tem participado do processo de globalização, são eles: (i) a criação de linhas de montagem de bens de consumo final e intermediário, tais como calçados, vestuário, máquinas de costura, ventiladores, automotivos, etc. voltados para o mercado nacional e internacional; (ii) a participação de empresas e segmentos nas cadeias internacionais de fornecimento, através, principalmente, da indústria têxtil; (iii) a produção pelo método da terceirização, verificado na indústria de confecções.

Apesar dessas conquistas, no ambiente de globalização, é necessário afirmar que, de um lado, esses aspectos são ainda muito frágeis e superficiais e, de outro lado, suas vantagens comparativas estão baseadas em pilares relativamente vulneráveis, na medida em que o preço reduzido da mão-de-obra tende a se elevar no longo prazo com as pressões no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que os incentivos fiscais podem também ser oferecidos por governos de outras regiões, como vem acontecendo, ou contestados por organismos internacionais. Ou seja, no médio e longo prazos, essas vantagens estão sujeitas ao movimento pendular da equalização espacial dos custos dos fatores, fato este que já começa a se manifestar, uma vez que a procura de parte de investidores privados de outras regiões, pelo Nordeste, vem demonstrando uma desaceleração.

Dentro desse ambiente de globalização, e de transformações estruturais da economia mundial, dois aspectos chamam a atenção. O primeiro, apesar das mudanças estruturais experimentadas pela economia nordestina, a participação da Região Nordeste no conjunto do Produto Interno Bruto Nacional, segundo o IBGE, não se alterou entre 1985 e 2005, pelo contrário, caiu para 13,1%. Enquanto isso, as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste expandiram suas participações, em detrimento de um declínio da Região Sudeste. Segundo, essas transformações estruturais não foram suficientes para alterar substancialmente o perfil da composição da estrutura produtiva da região ao mesmo tempo em que a inserção externa da economia nordestina. Estes dois aspectos irão nortear a parte principal do presente artigo, tendo como objetivo verificar o comportamento de uma região periférica, o Nordeste, dentro de um país considerado emergente, o Brasil. O trabalho está distribuído da seguinte maneira: além desta introdução, no item dois serão levantados os principais elementos promotores da “grande transformação” da economia mundial; no item três será recuperada um pouco da história do Nordeste com o propósito de situar e contextualizar o leitor; no item quatro serão abordadas as propostas encaminhadas pelo Grupo de

Trabalho do Nordeste-GTDN, que visavam promover uma grande transformação estrutural da economia nordestina; no item cinco, parte principal do trabalho, serão apresentados os traços principais das transformações estruturais experimentadas pela economia do Nordeste brasileiro nas décadas de 1990 e 2000, dando especial atenção às transformações estruturais dos setores produtivos ao mesmo tempo em que à inserção internacional da Região Nordeste; por fim, no sexto item, o trabalho apresenta sua conclusão final.

2. A “grande transformação”

A exemplo de outras áreas das ciências sociais em geral, o conhecimento em torno da economia regional e seu desenvolvimento, experimentou grandes deslocamentos de paradigmas. Até meados da década de 1980, a ciência econômica regional era orientada pelos princípios estabelecidos pela escola alemã, que considerava a distância e o custo de transporte, em relação aos mercados consumidores e fornecedores, como elementos centrais na determinação da alocação espacial dos fatores e da trajetória regional (para uma visão geral ver Diniz & Crocco, 2006). Além disso, considerava também os espaços geográficos homogêneos, não apresentando vantagens e desvantagens em termos absolutos ou relativos. Até final dos anos 1970, esses princípios orientaram as políticas de desenvolvimento regional, com influência, inclusive, sobre as teorias de Pólos de Crescimento (Perroux, 1973), que não tinham um vínculo íntimo com a escola alemã. Esses eram os princípios canônicos que predominavam até então.

Os responsáveis por esse deslocamento de paradigma estão concentrados em cinco elementos interligados: (i) a crise do planejamento e da intervenção centralizadores; (ii) reestruturação dos mercados; (iii) megametropolização, seguida pela emergência de megaproblemas urbanos; (iv) globalização e abertura econômica e (v) tecnologia da informação e telecomunicações-TI&T. Esses elementos fizeram com que o fator distância ou custo de transporte, se tornasse um fator adicional, e não único, para explicar e apoiar o desenvolvimento regional, ou para explicar a desconstrução dos espaços constituídos. Diante desse novo quadro, Krugman (1991) e, principalmente, geógrafos como Martin (1995) colocam que, além do custo do transporte, fatores como a história e o protagonismo local e regional são importantes para o desenvolvimento regional. Nessa mesma linha, outras correntes das escolas evolucionistas e institucionalista passaram a reforçar o surgimento de novos conceitos e teorias sobre a economia regional, ganhando destaque fatores endógenos no desenvolvimento local e regional (Amaral Filho, 2001). A seguir serão abordados cada um desses eventos considerados aqui como elementos formadores do processo da “grande transformação” do sistema capitalista.

2.1 Crises do planejamento e da intervenção regionais centralizadores

O processo de descentralização político-administrativa verificado desde o início dos anos 1980 implicou em descentralização dos papéis dos atores ditos regionais, assim como das decisões e dos investimentos. Este fenômeno aconteceu em escala mundial: na Europa e na América Latina, em especial. Nesse processo, os atores, antes restrito ao Estado central, passaram a compartilhar suas decisões com atores mais próximos dos territórios: estados, municípios e até organizações não governamentais.

Por seu lado, os grandes investimentos em projetos estruturantes e equipamentos passaram a ser compartilhados com investimentos pontuais e localizados. Sem dúvida, esse processo gerou uma maior valorização do território e do poder local, em detrimento do poder central, e, por consequência, ocasionou um movimento de valorização dos pequenos produtores locais. Com o objetivo de promover o desenvolvimento local, os atores locais têm procurado, a exemplo da Terceira Itália e outras regiões “vencedoras”, criar um ambiente propício para que as pequenas empresas locais se engajem em um processo de organização de *clusters*, distritos industriais, ou sistemas e arranjos produtivos locais-SAPLs (ver Benko & Lipietz, 1992, 2000).

2.2 Reestruturações dos mercados

Desde a crise do “modelo keynesiano e do Estado Providência”, nos anos 1990, se diz que o mercado é ditado pela lei da oferta, o que é uma meia verdade. Antes de isso acontecer, foi necessário ocorrer profunda metamorfose da demanda efetiva, verificada em vários aspectos, como na segmentação, na atrofia causada pela redução relativa da renda, e, principalmente, na instabilidade da demanda. A instabilidade da demanda efetiva, em escala mundial nos anos 1990, principalmente, é a própria síntese dessa metamorfose. Essa mudança produziu reações e adaptações do lado da oferta, cujas matrizes foram a descentralização e a desconcentração da produção. A oferta passou a ser orientada pela redução de custos fixos e pela flexibilidade nas decisões, nas ações e nas formas de produzir. Como consequência, essas transformações favoreceram as pequenas e médias empresas, não necessariamente já existentes, dado que a descentralização de pequenas unidades produtivas, como se fossem extensões das grandes empresas e corporações. Favoreceram igualmente um forte processo de *outsourcing* da parte das grandes empresas instaladas nos países desenvolvidos.

2.3 Megametropolização, seguida pela emergência de megaproblemas urbanos

São largamente conhecidas as vantagens oferecidas pelas metrópoles, em relação às economias de escala, economias de aglomeração e às economias externas, geradas pela concentração de fatores, tangíveis e intangíveis, e de mercados. Entretanto, o processo de megametropolização, mais ou menos controlado nos países desenvolvidos e descontrolado nos países em desenvolvimento, seguido de megaproblemas urbanos, tem provocado, em vários segmentos econômicos, uma redução do interesse pela localização metropolitana. Do lado das administrações municipais das grandes metrópoles, os problemas não têm sido menores. A necessidade de ampliação da oferta de serviços e equipamentos públicos, em escala gigantesca, tem causado crises financeiras para essas administrações. Esses fenômenos têm estimulado o deslocamento espacial dos investimentos, geralmente para regiões um pouco afastadas da “espinha dorsal” dos territórios metropolitanos e desenvolvidos, o que tem favorecido e reforçado iniciativas de desenvolvimento local e de suporte ao empreendedorismo em localidades mais afastadas.

2.4 Globalização e abertura econômica

A globalização e a abertura econômica, verificadas com muita intensidade nos anos 1990 e 2000, têm imposto às empresas e regiões um desafio sem precedentes no campo da competitividade.¹ Como forma de adaptação, muitas empresas têm procurado desfazer e não criar raízes territoriais, visando a busca constante de competitividade por meio da procura de subsídios, mão-de-obra e facilidades de mercado. Assiste-se, com isso, a um forte processo de deslocamento dos investimentos, especialmente intensivos em mão-de-obra, e a um forte processo de concorrência entre os territórios pela captura desses investimentos. (ver Berger, 2005).

As faces mais conhecidas desse processo são o declínio de regiões tradicionalmente industriais (em têxtil; siderúrgica; exploração de minérios; indústria naval, etc.) como na França e na Inglaterra, e a ascensão de outras regiões, até então pouco ou nada expressivas, ao estatuto de regiões industriais significativas. A China e a Irlanda, para ficar em dois exemplos, foram grandes receptoras de investimentos estrangeiros, que sustentaram altas taxas de crescimento econômico, até pelo menos, as vésperas da grande crise atual.

¹ A crise econômica atual pela qual passa o sistema capitalista global não nos permite avançar (ainda) qualquer hipótese sobre as possíveis novas tendências. O quadro apresentado neste momento permite imaginar um aprofundamento da globalização como também um retrocesso no sentido da desglobalização.

Contudo, o processo de deslocamento de investimentos e de plantas industriais, à procura de fatores competitivos, revela apenas um só aspecto, o lado funcional das empresas. Outro aspecto é revelado pelo processo de deslocamento da referência Estado-nação para a referência território, processo esse facilitado pela diluição relativa das fronteiras nacionais. A valorização da referência território, e de seus respectivos atores, aparece como resposta ou contrapartida ao processo de globalização e abertura dos mercados nacionais, visto que as medidas desreguladoras são tomadas no plano macro, mas suas repercussões (boas ou más) manifestam-se no plano micro, ou territorial. Entretanto, em nível macro, grandes mudanças, no sentido de maior regulamentação, poderão ter lugar em anos próximos.

2.5 Tecnologia da Informação e Telecomunicações – TI&T

As décadas de 1990 e 2000 assistiram ao uso intensivo da tecnologia da informação e da telecomunicação por indivíduos, empresas e governos nas suas rotinas de atividades. Isso implicou a formação de redes de transmissão de dados, imagens e informações, de tal forma que se tornou possível relativizar a importância da chamada distância espacial, fazendo, assim, emergir um novo conceito, o da proximidade organizacional, proporcionada pela inserção do indivíduo, da empresa ou da região nas redes de comunicação.

O impacto disso foi a autonomização de certos tipos de atividades, ou de certas tarefas empresariais, em relação ao espaço geográfico que abriga a matriz do grupo ou da empresa em questão. Isto também tem facilitado a descentralização funcional das atividades empresariais, bem como a descentralização espacial da execução de certas atividades, significando que determinados profissionais não necessitam estar fisicamente presentes nas matrizes das empresas ou do demandante pelo serviço. Isto significa que os mecanismos de TI&T asseguram uma parte importante da governança do processo de descentralização e desconcentração produtivas referido anteriormente, por meio das redes de comunicação. Mas, significa também que o imenso setor que emergiu da TI&T transformou-se em uma fronteira de negócios para pequenas e médias empresas de base tecnológica. Por fim, as tecnologias de informação passaram a significar para esses segmentos instrumentos importantes na redução dos custos relativos ao *marketing*, e também na aproximação com os clientes, por meio de *sites* e portais.

3. Nordeste: Um pouco de história

Não é demais afirmar que, na década de 1950, período em que Furtado mais se dedicou à questão das desigualdades regionais no Brasil, pudesse haver várias questões regionais, devido aos problemas do esvaziamento do interior do país, mas também à falta de integração das economias regionais e do mercado nacional. Ambos os problemas estavam associados à questão da unidade nacional. A idéia de “arquipélago” de regiões isoladas, comandadas de fora para dentro, evocada por Francisco de Oliveira, é bastante apropriada para essa situação.² Entretanto, é possível afirmar que nesse período havia, pelo menos, duas questões regionais claramente postas (ver Amaral Filho, 2007):

- i. A primeira situava-se no interior do país, mais exatamente no Centro-Oeste, região vasta, mas praticamente despovoada. O país tinha sua população concentrada na costa e, por isso, sugeria um problema de insegurança nacional;
- ii. A segunda questão regional se encontrava na região Nordeste e, neste caso, o problema estava no fato de ser uma área relativamente muito populosa, mas pobre. Aqui, o elemento complicador era a presença e o domínio dos interesses políticos e sociais das velhas oligarquias ligadas aos latifúndios, cenário que contrastava com aquele predominante no Centro-Sul, onde se constataavam os interesses das classes médias e empresariais que conduziam um processo acelerado de industrialização e urbanização.

A primeira foi, imediatamente, incorporada pela Agenda do Governo Juscelino Kubitschek, como parte do seu projeto político. Neste sentido, o governo não mediu esforços, nem recursos, para fazer cumprir a construção da nova capital Brasília. A determinação de JK, em fazer cumprir esse projeto, foi tão intensa que lhe fez romper relações com o Fundo Monetário Internacional-FMI, sentindo que o mesmo se opunha ao projeto por ele trazer fortes impactos na expansão dos gastos públicos e, por consequência, sobre a inflação. Na época da sua construção, Brasília foi entendida como sendo parte de uma agenda pessoal e vaidosa do presidente, com o intuito de deixar uma grande marca do seu governo. Sem dúvida, esta marca ficará registrada para sempre, mas, muito mais pelo papel que esse projeto exerceu no processo de ocupação, povoamento e aproveitamento econômico do Centro-Oeste.

A segunda questão regional foi incorporada tardiamente na agenda do governo JK, em 1958-1959, por influência das pressões sociais e populares manifestadas na Região, nas quais se viam movimentos de camponeses apoiados por setores progressistas da igreja. Se essas pressões fizeram

² Para uma análise histórica do Nordeste recomenda-se ver Guimarães Neto (1989).

o governo federal tomar decisões importantes para o Nordeste, a forma e o conteúdo das intervenções tiveram influência direta das argumentações técnicas e consistentes oferecidas por Celso Furtado, na época Economista do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e Diretor Regional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE. Neste aspecto, parece não haver dúvidas de que Furtado e a SUDENE promoveram uma mudança radical no padrão conceitual das intervenções públicas federais na Região Nordeste, significando um divisor de águas.

Neste ponto, foi decisivo o encontro de Celso Furtado com o presidente da República Juscelino Kubitschek no Palácio Rio Negro em Petrópolis (1959) ocasião em que foram discutidos os problemas nordestinos, num ambiente de *brainstorm*, sob os estímulos dos impactos desastrosos da grande seca de 1958 e dos referidos movimentos populares.³ Nesse encontro, C. Furtado levantou críticas aos tipos de intervenções federais na Região Nordeste, colocando que tais políticas estavam contribuindo para consolidar estruturas arcaicas no lugar de removê-las, inviabilizando o desenvolvimento da região, e aumentando as desigualdades entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Dois erros básicos foram cometidos pelo governo federal, segundo Furtado, um foi a concessão de subsídio ao açúcar, que estimulava o atraso tecnológico e a concentração de renda nas mãos dos usineiros e, outro, a estratégia de combate contra as secas que se sustentava nas obras de construção de açudes realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, a fim de reter as águas das chuvas. O ponto crítico desta estratégia estava na apropriação dos recursos hídricos pelos grandes latifundiários do sertão com o fim de proteger seu criatório bovino. Somados a esses dois erros, causadores de um processo de concentração de renda e poder no interior do Nordeste, o autor acrescentava o forte apoio empreendido pelo governo federal, em forma de subsídio e investimento em infra-estrutura, a favor da industrialização e dos industriais do Centro-Sul, problema esse que agravava as disparidades regionais no país.

Quase 50 anos depois, observam-se dois aspectos novos sobre a questão regional no Brasil. O primeiro, é que, apesar dos recortes históricos e culturais localizados, não há mais propriamente uma questão regional, no sentido clássico do termo, ausência, aliás, reconhecida oficialmente pelo próprio Ministério da Integração Nacional, que considera mais importante as desigualdades de renda entre as pessoas, inclusive dentro de um mesmo estado e região. (Ministério da Integração Nacional, 2003) Este aspecto resultou, sem dúvida, da aplicação de uma complexa política de integração nacional executada pelo governo federal nessas últimas décadas. O segundo aspecto é

³ Em 1958 a produção de alimentos, no Estado do Ceará, caiu 70%, impacto que caía diretamente sobre a pequena produção familiar, o “morador” (Furtado, 1997a).

que as duas frentes de intervenção federal, no Nordeste e Centro-Oeste, produziram resultados diferentes e surpreendentes.

A Região Nordeste, apesar das mudanças estruturais e da diversificação da sua base econômica, ainda não conseguiu modificar essencialmente o quadro de miséria social ao mesmo tempo em que sua inserção dentro da divisão regional do trabalho. Reflexo disso é a estagnação na sua participação relativa no PIB nacional, isto é, 14,1% em 1985 e 13,9% em 2003 (IBGE). Furtado, já na sua volta do exílio ao Brasil, atribuiu esse paradoxo ao processo de modernização conservadora, processo esse capturado e liderado pelas elites regionais em parceria com a tecnocracia do regime militar.⁴ Por seu lado, a Região Centro-Oeste, mesmo sem uma base industrial importante, se transformou numa região dinâmica, produtora de grandes excedentes agropecuários exportáveis, contribuindo pesadamente para a geração de saldos comerciais no balanço de pagamentos, além de possibilitar uma participação crescente da região no PIB nacional, que saiu de 4,8% em 1985 para chegar em 2003 com 7,5% (IBGE).

Neste sentido, não seria exagero chamar a Região Centro-Oeste, hoje, de “Terceiro Brasil”, a exemplo do que se passou com a “Terceira Itália” que, mesmo sem contar com o apoio de um programa grandioso de desenvolvimento, a exemplo do *Mezzogiorno*⁵, desenvolveu-se impulsionada pelo empreendedorismo dos micro e pequenos empresários, pelo capital social e pelo apoio dos governos locais. Isto mostra que, apesar dos grandes esforços empreendidos pelo governo federal na Região Nordeste, as estruturas, particularmente agrícolas e agrárias, e as instituições a elas associadas, exerceram um papel de freio sobre as mudanças desejadas pelo Planejamento da SUDENE de Celso Furtado.

4. As propostas para o desenvolvimento do Nordeste, o GTDN

As propostas de Furtado para o desenvolvimento do Nordeste foram apresentadas no GTDN, que deu origem à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.⁶ Tais propostas começaram a ganhar vida a partir dos Planos Diretores de Desenvolvimento, executados por aquela

⁴ Ver Araújo (1996, 1999)

⁵ Essa região contou com a Casa del *Mezzogiorno* que fazia o papel da SUDENE.

⁶ A SUDENE foi precedida pela Codeno, Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (criado em março de 1959), e foi criada pela Lei n.3.692, de 15 de dezembro de 1959, do Congresso Nacional, e promulgada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Tinha como funções a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor, e coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

superintendência.⁷ Suas estratégias visavam quebrar o círculo vicioso da pobreza na região, dando lugar ao círculo virtuoso do crescimento e do desenvolvimento, por meio de um conjunto de ações que visavam reorganizar o setor agrícola ao mesmo tempo em que um vasto programa de incentivos e investimentos em infra-estrutura nas áreas de energia, transporte, etc. As propostas consistiam basicamente, no seguinte:

i. Aumentar a produção de alimentos a partir de três frentes: primeira, ampliar as áreas de produção de alimentos nas zonas úmidas, por meio da reforma agrária, segunda, aproveitar as margens do São Francisco com a produção agrícola irrigada e, terceira, abrir uma fronteira agrícola na parte Oriental do Maranhão.⁸

ii. Promover a reestruturação da indústria tradicional da região, especialmente a indústria têxtil, além de promover um novo processo de industrialização, criando novos segmentos através do instrumento dos incentivos fiscais. Neste aspecto, Furtado coloca muito claramente a necessidade de se criar um instrumento fiscal que fosse capaz de gerar um diferencial que pudesse atrair as empresas se instalarem no Nordeste. Para ele, era a única maneira de enfrentar a concorrência do parque industrial consolidado do Centro-Sul (Furtado, 1997b, Tomo II).

Não é uma tarefa fácil avaliar as propostas formuladas e implementadas sob a influência do GTDN, pelo fato de que essas propostas sofreram um intenso bombardeio político que partiu das elites da região e dos políticos tradicionais do Nordeste instalados no Congresso Nacional. Além disso, como bem coloca Araújo (1996, 1999), muitas propostas reformistas de Furtado, a começar da própria SUDENE, foram engavetadas ou foram deturpadas no processo de implementação. Tendo isso em conta, procurar-se-á fazer, a seguir, uma rápida avaliação das referidas propostas, na qual serão considerados três grupos de observação. O primeiro grupo reunirá as propostas acertadas, o segundo grupo as propostas erradas ou frustradas e, o terceiro grupo reunirá algumas tendências tomadas pela economia nordestina e que não foram percebidas na época.

No grupo dos acertos, caberia destacar, em primeiro lugar, a proposta de criação da SUDENE. Muito provavelmente, a principal contribuição trazida pela SUDENE, da fase pré-militar, tenha sido o fato de ela constituir uma peça chave na coordenação das decisões políticas e econômicas no processo de desenvolvimento do Nordeste. Sob este ponto de vista, tem-se a impressão de que essa noção, da coordenação das decisões, continua ainda muito viva a ponto de justificar o renascimento da referida instituição.⁹ Em segundo lugar, estaria a reestruturação e

⁷ Houve, no total, quatro Planos Diretores de Desenvolvimento.

⁸ Oportuno lembrar que três das quatro diretrizes básicas da política de desenvolvimento do Nordeste sugerida por Furtado em 1959 diziam respeito à reconstrução do conjunto do setor agrícola (Furtado, 1984).

⁹ A questão da coordenação das decisões econômicas ocupava um lugar central no campo das preocupações teóricas de Furtado. Isto está muito claro em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1968)

modernização da indústria têxtil. Esta conseguiu sobreviver, sobretudo no Ceará, graças aos programas de modernização tecnológica implementados pela SUDENE. Em terceiro lugar, cabe destacar a proposta do aproveitamento das margens do São Francisco para a agricultura irrigada, que transformou a região de Juazeiro e Petrolina numa grande produtora e exportadora de frutas. Por último, poderia citar a diversificação da base industrial, graças à infra-estrutura introduzida e ampliada pela SUDENE, além dos incentivos fiscais destinados às empresas que se deslocaram para a região.

No grupo dos erros ou frustrações, talvez o mais evidente deles esteja localizado no campo da crença excessiva no planejamento, comum na época, cujo corolário foi acreditar que o Estado poderia transformar a sociedade e o mercado, muitas vezes substituí-lo. Este não foi um problema de Celso Furtado, mas um problema da época, do modelo nacional-desenvolvimentista, portador de um forte voluntarismo transformador. O aspecto crítico do planejamento não se encontrava, evidentemente, no seu conteúdo técnico, quando funcionava como técnica de previsão ou estudos sobre o comportamento dos fenômenos institucionais e naturais, mas se localizava principalmente no seu conteúdo ideológico. Como técnica, a cultura do planejamento introduzida por Furtado foi de grande importância em duas áreas, primeira, a de combate aos efeitos da seca e, segunda, a de absorção dos recursos federais destinados à Região por intermédio da SUDENE. Na primeira área a inovação verificada foi a de eliminar a improvisação nas ações de combate à seca, substituída por informações estratégicas e ações antecipativas. Na segunda área, os Planos Diretores de Desenvolvimento da SUDENE introduziram uma racionalidade estruturadora nos investimentos realizados pelo governo federal na região.

Na esteira das frustrações estão as previsões relativas às transformações (1) na região semi-árida, onde se esperava a eliminação da cultura de subsistência, (2) nas zonas úmidas, que deveriam ser transformadas, também, em produtoras e ofertantes de alimentos, (3) na parte oriental do Maranhão, que seria, em tese, transformada numa nova fronteira agrícola, nos moldes da colonização, produzindo alimentos e absorvendo mão-de-obra liberada pelo semi-árido. No primeiro caso, o resultado real foi o colapso do complexo gado-algodão-cultura de subsistência, com a permanência desta última. No segundo caso, a agroindústria canavieira se transformou, em parte, em produtora de álcool, além de entrar em processo de endividamento e sucateamento. No terceiro caso, o modelo de colonização entrou em colapso operacional.

Num terceiro grupo, ou seja, no grupo que poderia reunir as tendências não percebidas na época, estão (1) a emergência e crescimento do setor do Turismo, (2) a abertura de novas fronteiras agrícolas, comandadas por emigrantes gaúchos, produzindo soja nos estados da Bahia, Piauí e Maranhão, (3) o colapso dos sistemas produtivos locais (babaçu; algodão; carnaúba; cacau) devido

à abertura comercial e (4) um novo impulso na industrialização promovido pelas políticas estaduais de incentivos fiscais.

5. Transformações estruturais recentes entre as regiões brasileiras

(a) As grandes regiões no Brasil

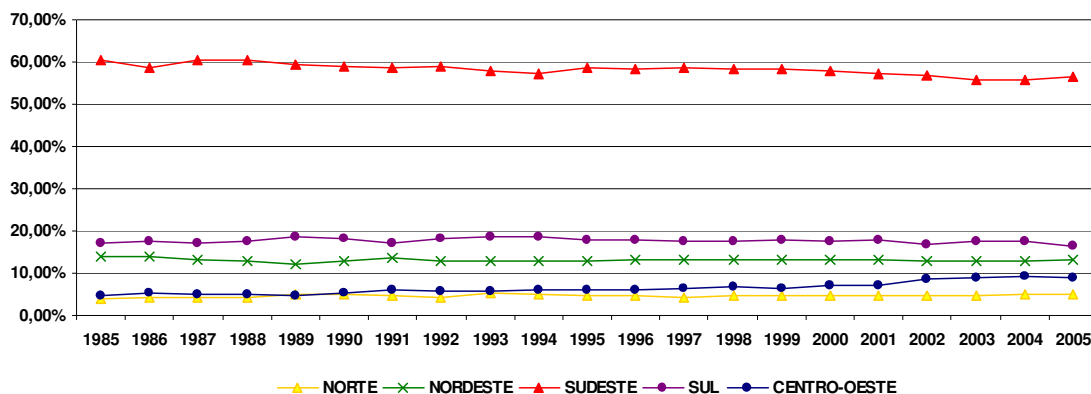
Conforme o quadro 1 e os gráficos 1 e 2 observam-se algumas características interessantes no comportamento das grandes regiões em relação ao Brasil, ou mais precisamente, no comportamento das participações dos PIBs regionais sobre o PIB nacional, no longo período que compreende 1985-2005. Em primeiro lugar, a Região Norte apresenta, em 1985, uma participação no PIB nacional de 3,8% e passa para 5,0% em 2005. Para esse mesmo intervalo de tempo, o Nordeste passa de 14,1% para 13,1%. O Centro-Oeste de 4,8% para 8,8%. A Região Sul passa de 17,1% para 16,6%, e a Região Sudeste de 60,2% para 56,5%.

Quadro 1 – Participação dos PIBs das Grandes Regiões no PIB Nacional (1985-2005)

REGIÕES	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
NORTE	3,80%	4,40%	4,40%	4,40%	4,90%	4,90%	4,70%	4,30%	5,20%	5,10%	4,60%	4,60%	4,40%	4,50%	4,50%	4,60%	4,80%	4,70%	4,80%	4,90%	5,00%
NORDESTE	14,10%	14,10%	13,10%	12,80%	12,30%	12,90%	13,40%	12,90%	12,80%	12,90%	12,80%	13,20%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,00%	12,80%	12,70%	13,10%
SUDESTE	60,20%	58,50%	60,20%	60,30%	59,40%	58,80%	58,70%	58,80%	57,70%	57,20%	58,70%	58,10%	58,60%	58,20%	58,20%	57,70%	57,10%	56,70%	55,80%	55,80%	56,50%
SUL	17,10%	17,60%	17,30%	17,50%	18,60%	18,20%	17,10%	18,30%	18,50%	18,70%	17,90%	18,00%	17,60%	17,40%	17,80%	17,60%	17,80%	16,90%	17,60%	17,40%	16,60%
CENTRO-OESTE	4,80%	5,40%	5,00%	5,00%	4,80%	5,20%	6,10%	5,70%	5,80%	6,10%	6,00%	6,10%	6,30%	6,80%	6,40%	7,00%	7,20%	8,70%	9,00%	9,20%	8,80%

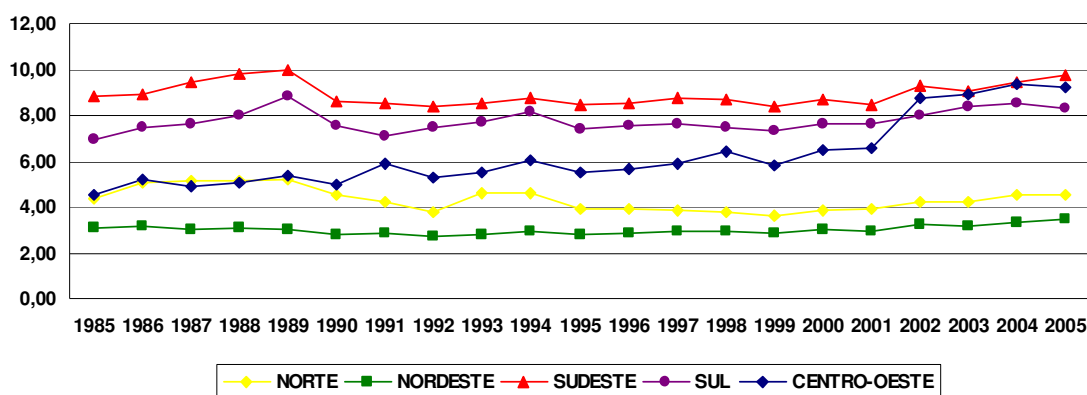
Fonte: IBGE

Gráfico 1 - Participação dos PIBs das Grandes Regiões no PIB Nacional (1985-2005)



Fonte: IBGE

Gráfico 2 - PIBs Per Capita das Grandes Regiões (1985-2005)



Fonte: IBGE

Vê-se muito claramente que, no período considerado, há regiões ganhadoras e regiões perdedoras, e outras que estagnaram na “disputa” por maiores participações no PIB nacional. Dentre as regiões ganhadoras, as regiões Norte e Centro-Oeste se destacam. Dentre as perdedoras, o Sudeste apresenta indícios claros de perda de espaço na participação do produto nacional. E, entre as regiões estagnadas, encontram-se as regiões Nordeste e Sul. Diante desses dados, não é difícil concluir que dentre as grandes intervenções executadas pelo Governo Federal em nível regional (isto é, Centro-Oeste por meio da construção de Brasília, Norte através da montagem da Suframa e Nordeste, por intermédio da SUDENE e seus Planos Diretores) foram as Regiões Norte e Centro-Oeste as que reagiram melhor aos estímulos de políticas de desenvolvimento. Enquanto na Região Nordeste o sistema de incentivos fiscais entrou em colapso, deixando um saldo positivo pequeno, na Região Norte o sistema de incentivos se sustentou acoplado a um modelo industrial exitoso. Já o Centro-Oeste se beneficiou das externalidades produzidas pela construção de Brasília, que engendrou renda e aumentou o preço da terra na região. O restante do processo foi realizado pelos empreendedores privados que ali se instalaram.

(b) Os “grandes setores” nos Estados do Nordeste

Segundo dados do IBGE, com exceção de Alagoas todos os estados do Nordeste sofreram declínio relativo na participação da Indústria¹⁰ nos PIBs estaduais, no período compreendido entre 1990 e 2005. Apesar desse declínio, como se verá por meio dos dados da RAIS (ver quadro 2), não se pode dizer que a indústria de transformação encolheu nesses estados, pelo contrário, além de

¹⁰ A Indústria abrange: atividade extrativa mineral, construção civil, indústria de transformação e serviços industriais de utilidade pública

expandir a indústria sofreu algumas mudanças estruturais, embora não significativas. No conjunto, os estados que mais sofreram com esse declínio foram os estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe que viram suas Indústrias perderem cerca de dez pontos percentuais de participação relativa em seus PIBs. Em todos os estados da região, o setor Serviços¹¹ avançou significativamente na sua participação relativa, convergindo para uma participação em torno de 70%.

Nesse mesmo período, a participação relativa do setor agropecuário experimentou queda dramática em todos os Estados, com exceção do Maranhão e Piauí, que conservaram participações de 17,78% e 11,40% respectivamente. Enquanto isso, no restante dos estados o setor agropecuário recuou para uma faixa entre 5% e 8% do PIB. O aspecto “dramático” desse declínio, como dito anteriormente, está no fato de que, ao mesmo tempo em que esses estados, principalmente aqueles com predominância semi-árida, perderam posição relativa do setor agropecuário, a população rural dos mesmos permanece relativamente elevada, embora com características diferentes do passado. E o que torna a situação mais difícil nesses estados é que, durante os anos 1990 e 2000, sistemas produtivos importantes, como o do algodão e do cacau, desapareceram ou foram reduzidos sem que outros sistemas produtivos fossem implantados ou emergissem no lugar, deixando assim um vácuo econômico importante. Os estados que conseguiram apresentar algumas novidades alternativas no setor agropecuário foram a Bahia, com a agricultura irrigada, soja e algodão, Pernambuco, com a agricultura irrigada, Maranhão, com a pecuária e a soja e o Piauí, com a soja.

(c) O comportamento da indústria de transformação

Como foi dito acima, a indústria de transformação perdeu peso relativo nos PIBs estaduais em praticamente todos os estados da Região. Entretanto, constata-se, pelo Quadro 2, que há expansão no volume de empregos formais registrados na indústria de transformação, no período 1990-2005. Apesar disso, notam-se trajetórias diferenciadas de expansão entre as economias estaduais, que podem ser divididas em três grupos, lembrando que a expansão do emprego formal industrial em toda a Região Nordeste foi de 26,32%. No primeiro grupo, está isolado o Estado do Ceará com uma expansão de 91,08%, considerado de alta expansão. No segundo grupo, vêm os estados da Bahia com 49,73%, Piauí com 52,38% e Rio Grande do Norte com 41,47%, caracterizando um comportamento de média expansão. E, num terceiro grupo, considerado de baixa expansão, vêm os estados do Maranhão, com 21,57%, e Sergipe com 26,32% de expansão. Por fim, num quarto grupo, de expansão negativa, vem o Estado de Pernambuco que apresentou no período

¹¹ Os serviços são constituídos pela atividade de comércio e demais serviços

1990-2005 uma variação negativa do emprego industrial informal de -23,61%. Diante de tais dados, seria prematuro emitir alguma conclusão em termos de “industrialização” ou “desindustrialização” dos parques industriais desses estados, pois, para isso, há necessidade de fazer uma análise segmentada da indústria para perceber as mudanças qualitativas das suas estruturas. Isto quer dizer que, os estados que tiveram taxas médias ou baixas de expansão no volume de emprego industrial formal, podem ter expandido investimentos nos segmentos com baixa intensidade em mão-de-obra. E aqueles que tiveram altas taxas de expansão podem ter experimentado expansão das indústrias com alta intensidade em mão-de-obra. Entretanto, no caso específico de Pernambuco poderia ser considerada a hipótese de “desindustrialização”.

Quadro 2 – Empregos Formais na Indústria de Transformação do Nordeste (1990 e 2005)

Estados do Nordeste	Emprego N° Absolutos		Variação
	1990	2005	
Nordeste	603.595	777.141	28,75%
Alagoas	59.162	95.978	62,23%
Bahia	103.457	154.908	49,73%
Ceará	94.862	181.265	91,08%
Maranhão	20.050	24.375	21,57%
Paraíba	40.330	55.229	36,94%
Pernambuco	209.911	160.353	-23,61%
Piauí	13.911	21.198	52,38%
Rio Grande do Norte	37.155	52.562	41,47%
Sergipe	24.757	31.273	26,32%

Fonte : RAIS

Conforme mostra o Quadro 3, o volume de emprego industrial formal na Região Nordeste caiu de 27,06% em 1990 para 20,55% em 2005, em relação ao volume total de emprego formal na Região. Esta perda foi absorvida pelo setor serviços. Como pode ser visto pelo mesmo quadro, entre 1990 e 2005, a maioria dos estados da região teve redução no volume do emprego industrial formal, com exceção do Ceará, que conservou esse volume em torno de 28% do total do Estado, e Alagoas que aumentou de 38,07% para 39,97%. Dos setores industriais no Nordeste, em 1990, os três principais geradores de emprego eram Alimentícia (11,86%), Têxtil (4,93%) e Química (2,45%). Em 2005, os dois primeiros lugares continuam sendo ocupados pelos setores Alimentícia (7,93%) e Têxtil (3,51%), mas, a novidade é que a terceira posição passou a ser ocupada pelo setor Calçadista (2,16%), seguido pelo Químico (1,61%) e Minerais não-metálicos (1,37%). O aspecto preocupante

é que, tirando o setor calçadista, nenhuma outra alteração estrutural fundamental na indústria de transformação foi verificada em matéria de geração de emprego formal na região Nordeste.

Quadro 3– Percentual de Emprego da Indústria de Transformação no Nordeste (1990 e 2005)

Região	% Emprego na Região	
	1990	2005
Nordeste	27,06%	20,55%
Estados do Nordeste	% Emprego no Estado	
	1990	2005
Alagoas	38,07%	39,97%
Bahia	17,14%	14,17%
Ceará	28,95%	28,51%
Maranhão	16,81%	10,76%
Paraíba	30,58%	24,37%
Pernambuco	36,31%	20,85%
Piauí	17,48%	14,22%
Rio Grande do Norte	28,74%	19,01%
Sergipe	23,36%	18,96%

Fonte: RAIS

(d) Inserção Internacional da Região Nordeste em ambiente globalizado

O processo de abertura da economia brasileira ao comércio exterior iniciado nos anos 1990 provocou resultados que estão fortemente associados à forma de inserção do país, e de cada região em particular, no mercado internacional. A intensidade e a natureza desse processo rebatem de maneira diferenciada nos diversos espaços econômicos e estão diretamente relacionadas com as especificidades dos aparelhos produtivos locais.

O comércio externo da Região Nordeste tem se caracterizado por uma pauta exportadora composta de produtos com forte especialização com relação ao país, situação essa que também se reflete em âmbito estadual relativamente à Região. No período pós-abertura comercial, o Nordeste ainda revela forte presença de setores exportadores que são tradicionais na pauta.

A participação relativa do comércio exterior nordestino no comércio exterior brasileiro, bem como do PIB nordestino no PIB brasileiro, não oscilaram de maneira significativa no período 1991-2007. As exportações regionais corresponderam a 9% das exportações totais do Brasil em 1991 e 8% no final do período, de seu lado, as compras externas apresentam a mesma proporção das duas pontas do período, ou seja, 7%.

O ambiente de abertura pode ser desenhado por dois indicadores que caracterizam a exposição da Região ao comércio mundial: o coeficiente de importação e grau de abertura. O coeficiente de importação ($m=M/PIB+M$) da Região Nordeste situou-se em torno de 50% do valor do mesmo coeficiente para o Brasil na década de 1990 e 70% nos anos 2000. Isso evidencia menor grau de abertura da economia nordestina relativo ao país. A participação do comércio mundial nordestino no PIB da Região ($GA=X+M/PIB$) corrobora a afirmação de que o Nordeste é bem menos aberto que o país. A participação do comércio mundial no PIB nordestino situava-se em torno de 50% do mesmo indicador para o Brasil até o final dos anos 1990. Na década seguinte, esta relação esteve em torno de 70%.

Quadro 4
Nordeste e Brasil
Coeficiente de Importação e Grau de Abertura

Indicadores	ANOS				
	1991	1997	2000	2002	2005
mNE	0,0244	0,0318	0,0574	0,0441	0,0515
mBR	0,0517	0,0712	0,0848	0,0568	0,0769
GA_{Ne}	0,0703	0,0649	0,1120	0,0921	0,1459
GABr	0,1364	0,1439	0,1843	0,1372	0,2044

Fonte: BRASIL, 2008. IBGE, 2008.

Banco Central do Brasil, 2008. PIB em US\$ calculado pela taxa de câmbio média do período.

Elaboração própria

Quadro 5
Nordeste
Participação das Exportações e Importações no Brasil (1991- 2007)

Anos	X_{NE}/X_{br}	M_{NE}/M_{br}
1991	0,0904	0,0749
1992	0,0848	0,0669
1993	0,0781	0,0769
1994	0,0701	0,0763
1995	0,0912	0,0717
1996	0,0807	0,0778
1997	0,0747	0,0669
1998	0,0727	0,0657
1999	0,0699	0,0716
2000	0,0731	0,0859
2001	0,0719	0,0923
2002	0,0771	0,0982
2003	0,0836	0,0893
2004	0,0833	0,0876
2005	0,0988	0,0857
2006	0,0845	0,0857
2007	0,0815	0,0734

Fonte: BRASIL, 2008. Elaboração própria.

As exportações nordestinas, relativas às brasileiras, começaram a esboçar comportamento ascendente a partir de 2001, levando a que, no período 1997 a 2007, seja evidenciado um aumento de 12% nessa participação. Já a parcela das importações regionais nas do Brasil vem apresentando, desde 1999, trajetória ascendente. Esta parcela incrementou entre 1999 e 2006 cerca de 20%. Este resultado pode refletir o aspecto positivo de ampliação/modernização da capacidade produtiva, uma vez que as importações são essencialmente compostas de bens de produção. No entanto, no último ano, as compras desse segmento voltam ao patamar de 1999.

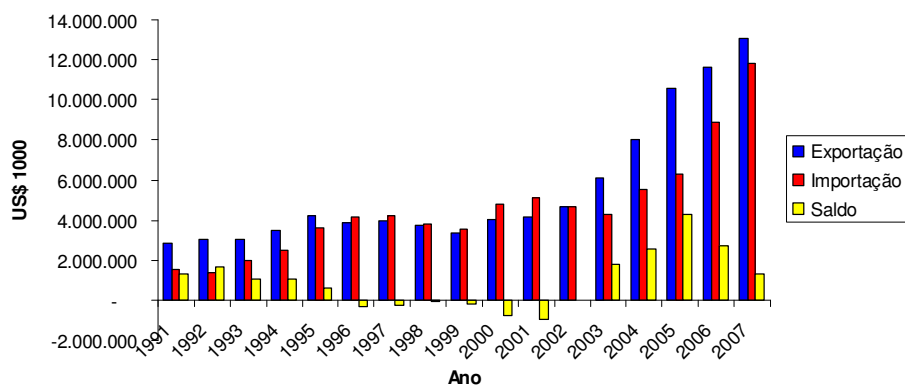
Sem dúvida, o comércio exterior da Região Nordeste, no período 2003-2005, apresentou dinâmica muito mais forte em relação aos anos precedentes, sobretudo no que se refere às exportações. Nesses anos, as vendas regionais ao exterior incrementaram cerca de 30% ao ano, percentual muito acima do que vinha sendo registrado. As importações tomaram maior impulso a partir de 2004 quando cresceram em média 29% ao ano. Tendo em vista as vendas terem registrado aumento mais que proporcional às compras, o saldo da balança comercial negativo, desde 1996, torna-se positivo com trajetória ascendente a partir de 2003. Esses resultados quantitativos revelam, em uma primeira aproximação, que essa Região participou de maneira decisiva para a dinâmica recente das vendas nacionais que, em 2005, registraram resultado jamais alcançado. Com efeito, a Região participou com 10% para o aumento das exportações brasileiras ocorrido entre 2002 e 2005. No entanto, em 2006, o crescimento das exportações foi menos proporcional que o das importações e o saldo da balança se retraiu, ainda mais, comparativamente aos anos imediatamente anteriores; no ano seguinte, esse comportamento se repetiu.

As trocas comerciais da Região Nordeste com a China também tomaram impulso no período recente e é responsável por grande parte do crescimento da corrente de comércio regional com o mundo. De fato, a partir de 2003, as vendas externas nordestinas para a China cresceram, em média, 68% ao ano e as compras registraram crescimento médio anual de 64%. A participação desse destino no comércio externo nordestino vem aumentando ano após ano com importância cada vez maior dessas transações para dinâmica das trocas externas da Região. Em 2007, a participação tanto das vendas como das compras externas nordestinas para a China foi quatro vezes maior daquela registrada em 2002.

O saldo da balança comercial do Nordeste, no período 1992-2003, acompanha em certa medida o movimento verificado para o país, ou seja, há a ocorrência de valores negativos a partir da segunda metade da década de 1990 que se conservam até 2002. Este déficit, porém, oscila bastante nesse intervalo de tempo. Em 2003, o resultado da balança regional passa a ser positivo superando o

do início do período em 8%. O ponto de inflexão que ocorre em 2003 está associado a um aumento expressivo das exportações nesse ano (31%), relativo ao ano anterior, as quais já vinham esboçando trajetória ascendente desde 2000, enquanto as importações decrescem nos últimos dois anos. Essa mudança de trajetória do saldo é explicada em parte pelo aumento das exportações do conjunto dos produtos (básicos e industrializados) e pela diminuição, nos dois últimos anos, da participação das importações de produtos industrializados (maior valor agregado). Em 2006, o incremento foi menos significativo, ficou em 10%. As importações tomaram maior impulso a partir de 2004 quando cresceram 27% ao ano, chegando, em 2006, a crescer 41%. O saldo da balança comercial negativo, desde 1996, torna-se positivo com trajetória ascendente a partir de 2003, recuando nos dois últimos anos.

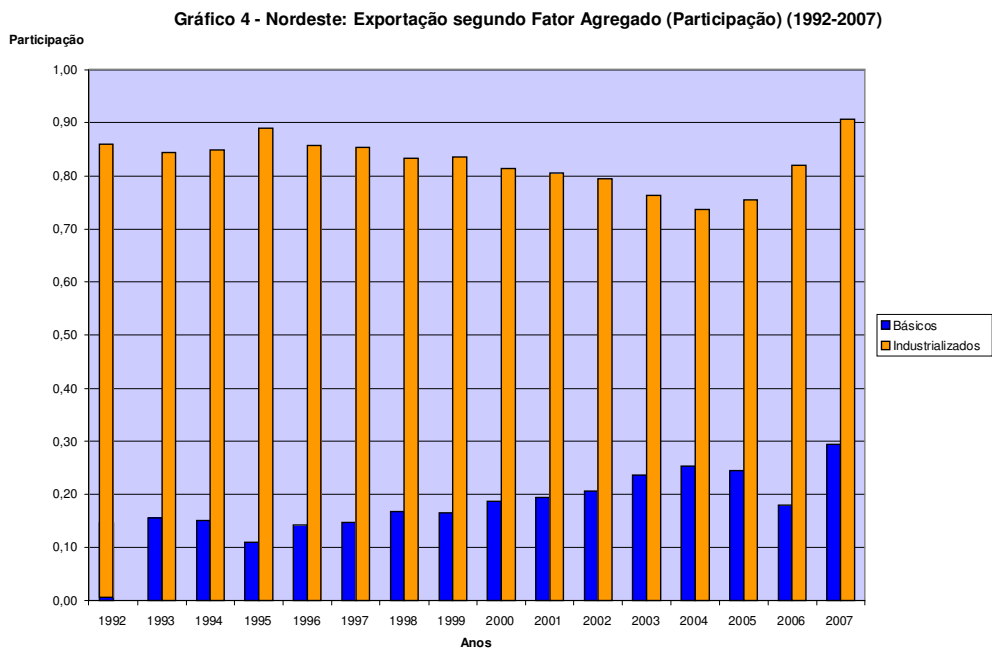
Gráfico 3 - Nordeste: Exportação, Importação e Saldo (1991-2007)



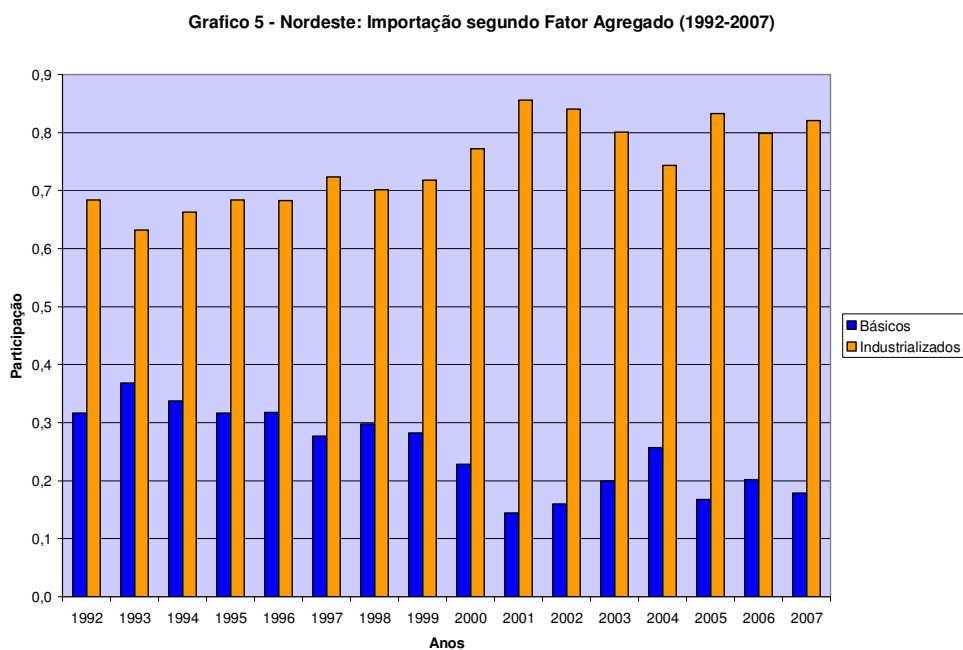
Fonte: BRASIL, 2008.

A qualificação da balança comercial regional pode ser expressa através das transações de compra e venda pela ótica do fator agregado e de setores de contas nacionais. A partir de 2003, a participação das exportações de produtos básicos cresceu em detrimento dos produtos industrializados, os quais, por sua vez, registraram maior peso, ainda que não de forma significativa, para os produtos manufaturados. As importações de básicos, que evidenciaram ganho de até 10 pontos percentuais em 2004 em relação a 2002, em 2005, voltaram a patamares anteriores. Para os produtos industrializados a parcela maior continua sendo de manufaturados. Os produtos manufaturados são fundamentalmente os responsáveis pelos movimentos ocorridos nas parcelas dos industrializados tanto na pauta exportadora quanto importadora, nesta última, o peso é significativamente mais expressivo.

As vendas de produtos básicos, a partir de 2003, cresceram mais que proporcionalmente a de produtos manufaturados para a Região Nordeste, para o país, a composição da pauta, no que se refere ao fator agregado, conserva a mesma proporcionalidade expressada nos anos imediatamente anteriores.



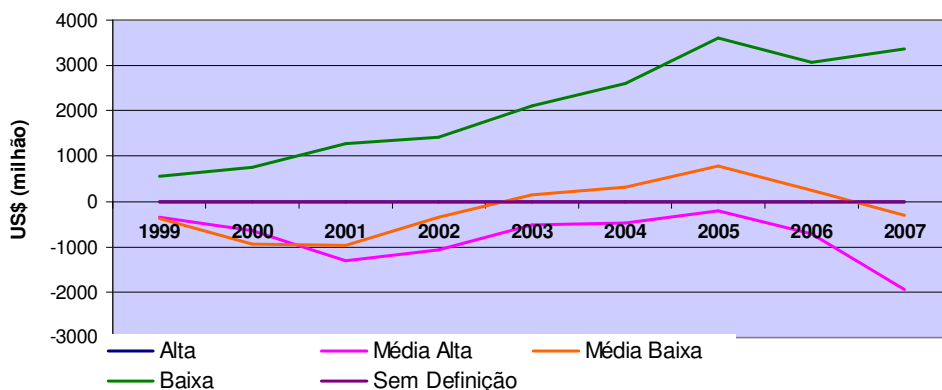
Fonte: BRASIL, 2008. Elaboração própria.



Fonte: BRASIL, 2008. Elaboração própria

As vendas externas regionais são compostas essencialmente de bens produzidos sob condições de baixa e média baixa intensidade tecnológica. Essas duas categorias corresponderam a cerca de 80% do total do valor exportado pela Região em 2007, com maior crescimento da participação do segmento de média baixa intensidade entre 2002 e 2007. Sem dúvida, o resultado da Balança Comercial da Região tem sido sustentado, ao longo do tempo, pelos setores enquadrados nessas categorias. Em 2007, o saldo para a categoria baixa intensidade ficou em três bilhões de dólares e foi o único resultado positivo. O comportamento favorável dos mercados internacionais, notadamente a China, impulsionou, sem dúvida, as vendas nos segmentos próximos à agropecuária e à extração mineral, importantes na pauta regional.

Gráfico 6- Nordeste: Saldo da Balança Comercial Segundo a Intensidade Tecnológica (1999-2007)



Fonte: BRASIL, 2008. Elaboração própria.

Para o Brasil, houve mudanças relevantes no comércio exterior na última década não só quantitativas como qualitativas. O perfil da pauta modifica-se e há certa recomposição dos setores exportadores responsáveis pela geração do saldo em direção de maior diversificação. Nesse contexto, ocorre redução da dependência de setores exportadores com menor intensidade tecnológica e menor dinamismo no comércio mundial.

No Nordeste, a expansão quantitativa das vendas externas, no último decênio, não se refletiu em modificações substanciais da composição da pauta exportadora em direção a segmentos de maior valor agregado, tendo em vista que estas continuam fortemente atreladas a setores intensivos em mão-de-obra e em recursos naturais, ou seja, exploração de vantagens comparativas clássicas. Duas indústrias chamam atenção nesse processo pela novidade que representam: calçados e

veículos. A indústria de calçados começou a aparecer com certa importância na pauta exportadora a partir de 1997 e está espacialmente espalhada em todos os estados da Região, cuja dinâmica associa-se aos programas estaduais de atração de investimentos com intuito de geração de empregos. A outra indústria, no entanto, representada pela automobilística baiana, com a instalação da planta da FORD a partir de 2002, é a única referência de introdução, na pauta exportadora regional, de produtos com maior intensidade tecnológica nas duas últimas décadas.

6. Conclusão

O presente artigo não teve a pretensão de apresentar e fechar qualquer discussão sobre o tema, pelo contrário, ele é produto de um exercício preliminar que promete ocupar um longo tempo de pesquisa. Neste artigo procurou-se estabelecer, primeiramente, os traços do processo de globalização e da “grande transformação” pelos quais passa a economia mundial, marcados por fortes alterações estruturais e espaciais. De maneira aproximativa à globalização dos séculos XIX e XX, a globalização dos anos 1990 e 2000 gerou algumas janelas de oportunidades para países ou economias periféricos ao mesmo tempo em que conservou e até aumentou alguns conflitos e tensões alojados no interior desses países. Embora o texto não tenha tido o propósito de comparar esses dois momentos da globalização, as contradições internas aos países periféricos (entre centro e periferia) serviram de fonte alimentadora do exercício intelectual implícita no texto. Além disso, o texto também avançou alguns elementos do processo histórico da economia nordestina, a fim de mostrar, mesmo que rapidamente, que os esforços intervencionistas do governo federal brasileiro não lograram sucesso em seu objetivo de neutralizar as referidas contradições regionais internas.

Na última parte do artigo procurou-se trabalhar duas idéias centrais envolvendo as possíveis transformações estruturais em níveis dos setores produtivos e da inserção internacional da Região Nordeste, com o objetivo de trazer à tona algumas evidências empíricas mostrando que o Nordeste brasileiro não conseguiu acertar o seu passo com os passos largos da globalização e a abertura das economias. De acordo com a introdução do trabalho, a primeira idéia aponta para a não alteração substancial do perfil da composição da estrutura produtiva das economias da região nordestina e, a segunda idéia, sinaliza para a inalteração estrutural do modo de inserção internacional do conjunto dessas economias. Após apresentação e análise de uma série de dados, dando conta desses dois aspectos, o trabalho fornece elementos empíricos que acabam depondo em favor da hipótese embutida nessas duas idéias, qual seja, a de que o Nordeste, do ponto de vista estrutural, não tirou partido do processo de globalização dos anos 1990 e 2000, fato que compromete os aspectos frágeis

e superficiais de participação dentro desse processo, como foi avançado na introdução. O fato do Nordeste se beneficiar do volume da demanda mundial, animado pela China, e da valorização igualmente mundial dos preços de algumas *commodities*, não foram suficientes para caracterizar vantagens estruturais em favor do Nordeste. Em síntese, apesar dos esforços dos governos estaduais na busca por novos investimentos, e por causa da falência da intervenção federal na região, as economias do Nordeste não conseguiram atrair e reunir elementos centrípetos que pudessem ou fossem suficientes para colocar a região em uma nova trajetória de relação com outras regiões do país e do exterior.

7. Bibliografia

Amaral Filho, J. do (2007), “Celso Furtado e a economia regional, in *Celso Furtado e o Século XXI*, organizado por João Saboia & Fernando J. Cardin de Carvalho, Minha Editora/Editora Monole, São Paulo.

Amaral Filho, J. Do (2001), « A endogeneização no desenvolvimento local e regional, in *Planejamento e Políticas Públicas-PPP*, IPEA, Brasília.

Araújo, T.B. (1999), “Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, in *Revista Econômica do Nordeste-REN*, vol. 30, n.2, abril-junho, Fortaleza.

Araújo, T.B. (1996), “A questão regional” e “a questão nordestina”, in Maria da Conceição Tavares, *Celso Furtado e o Brasil*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, SP.

Banco Central do Brasil (BACEN), www.bacen.org.br (vários acessos)

Benko, G. & Lipietz (2000), *La Richesse des Régions, la nouvelle géographie socio-économique*, Ed. PUF, Paris.

Benko, G. & Lipietz, A. (1992), *Les regions qui gagnent (districts et réseaux): les nouveaux paradigmes de la géographie économique*, PUF, Paris.

Berger, S. (2005), *How We Compete : What companies around the world are doing to make it in today's global economy*, Doubleday Broadway.

Brasil (2008) Ministério da Indústria e Comércio . www.mdic.gov.br (vário acessos)

Diniz, C. C. & Crocco, M. (2006), “Bases teóricas e instrumentos da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil, uma breve reflexão”, in Clélio C. Diniz & Marco Crocco (org.) *Economia Regional e Urbana, contribuições teóricas e recentes*, Ed. UFMG, Belo Horizonte.

Fontenele, A.M. & Melo, M. C.P. de (2004), *Desempenho Externo Recente da Região Nordeste do Brasil* (uma avaliação da competitividade e potencialidades de expansão dos setores exportadores estaduais), Banco do Nordeste do Brasil-BNB, Fortaleza.

Furtado, Celso (1968), *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Ed. Biblioteca Universitária, São Paulo.

Furtado, Celso (1984), *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, Editora paz e Terra, Rio de Janeiro.

Furtado, Celso (1997a), “A constatação do GTDN e as exigências da atualidade”, *Revista Econômica do Nordeste – REN*, vol.28, n.04, outubro-dezembro, p. 375-384, Fortaleza.

Furtado, Celso (1997b), *Obra Autobiográfica de CELSO FURTADO*, Tomos I, II, III, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Guimarães Neto, Leonardo (1989), *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Editora Massangana, Recife, PE.

IBGE, *Contas Nacionais*.

- IPEA, *Dados Regionais*.
- Krugman, P. (1991), *Geography and Trade*, Louven University Press/MIT Press, Leuven-London.
- Martin, R. (1995), “Teoria econômica e geografia humana”, in Berek Gregory, Ron Martin & Grahame Smith (org.), *Geografia Humana*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- Ministério da Integração Regional – MIN (2003), *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, Proposta para Discussão, Segunda Edição Revista e Ampliada, Brasília, DF.
- Murray, W. E. (2006), *Geographies of Globalization*, Routledge, London & New York.
- Perroux, F. (1973), « L’effet d’entraînement: de l’analyse au repérage quantitatif », in *Économie Appliquée*, 7 :307-20, Paris.
- RAIS, Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho.
- Steger, M. B. (2003), *Globalization, a very short introduction*, Oxford University Press.